



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

##ATO EXTRATO DE EDITAL

PROCESSO LICITATORIO Nº003/2020

##ATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2020

##TEX O Município de Pedra Bonita MG, torna pública a abertura do Pregão nº001/2020 na forma presencial, do tipo menor preço. Objeto: Aquisição de 01 (um) Veículo (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, como especificação contida no Termo de Referência do presente edital. Credenciamento: 04/02/2020 até às 15:00 horas. Abertura Oficial do Pregão: 04/02/2020 às 15:00 horas. Local: Rua Leopoldino de Almeida, 290, centro, CEP 35.364-000, Pedra Bonita/MG. Informações pelo telefone (31) 3872-9104 das 12:00 às 16:00 horas.

##DAT Pedra Bonita, 02 de janeiro de 2020

##ASS Joana D´arc de Abreu

##CAR Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º
003/2020**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

- **APRESENTAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO DOS LICITANTES:** 04/02/2020, ATÉ AS 15h00min
- **ABERTURA DA SESSÃO OFICIAL DO PREGÃO:** 04/02/2020, ÀS 15h00min
- **LOCAL PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL:** Rua Leopoldino de Almeida, n.º. 290, Centro, em Pedra Bonita/MG.
- **CONSULTAS AO EDITAL:** Rua Leopoldino de Almeida, n.º 290, Centro, em Pedra Bonita/MG.
- **ESCLARECIMENTOS:** ATRAVÉS DO TELEFONE (31) 3872-9103 - JOANA D'ARC DE ABREU - PREGOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ n.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º
03/2020**

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2020

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA/MG**, devidamente inscrito no CNPJ sob o n.º 01.640.429/0001-06, com endereço na Rua Leopoldino de Almeida, n.º 290, Centro, em Pedra Bonita/MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Adriano Teodoro do Carmo, torna pública a abertura do **Processo Licitatório n.º 03/2020**, na modalidade **Pregão n.º 01/2020**, na forma presencial, do **tipo menor preço por item**, regido pela Lei Federal n.º 10.520/2002, Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Complementar n.º 123/2006, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

O Pregão será realizado pela Pregoeira Joana D'arc de Abreu, tendo como equipe de Apoio os servidores José Norberto da Silva e Deivid Henrique Martins da Silva, nomeados pela Portaria n.º 002/2020.

O credenciamento dos licitantes será no dia **04 de fevereiro de 2019**, até as **15h00min**. A abertura oficial da sessão do Pregão será no dia 04 de fevereiro de 2020, às 15h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, no endereço indicado no preâmbulo.

I - OBJETO

1.1 - Aquisição de 01 (um) veículos (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

II - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas no Título VI deste instrumento convocatório.

2.2 - Não poderá participar da presente licitação empresa:

- a) suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;
- b) em consórcio;
- c) com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial.

2.3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

2.4 - As normas disciplinadoras da licitação na modalidade Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

III - CREDENCIAMENTO

3.1 - Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto à Pregoeira, devidamente munidos de carteira de identidade ou documento legal equivalente, documento que o credencie a participar deste certame – procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida em cartório, através da qual lhe seja atribuído poderes para apresentar proposta, formular lances e praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.

3.2 - O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.

3.3 - O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

3.4 - O representante nomeado pelo licitante para participar dos lances verbais, deverá apresentar, além do documento de credenciamento, o respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado, ou documento equivalente.

3.5 - O licitante ou seu representante deverá apresentar declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, a teor do art. 4º, inciso VII, da Lei Federal 10.520/2002, conforme modelo estabelecido no anexo IV, documento este, que deverá ser apresentado junto com o documento de Credenciamento (Anexo II), quando for o caso, ou seja, não deverá ser colocado dentro do envelope de “Documentação de Habilitação”.

3.6 - Caso o licitante encaminhe a Proposta Comercial e a Documentação para Habilitação via postal, a mesma será considerada que o licitante cumpre plenamente os requisitos mencionados no Anexo IV.

3.7 - O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto à Pregoeira implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

3.8 - Somente o licitante que estiver devidamente credenciado poderá participar da fase de lances verbais, conforme item 3, do Título VII.

IV- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1 - Os documentos de Habilitação e a Proposta Comercial deverão ser entregues à Pregoeira na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020
PREGÃO N.º 01/2020
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

À PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA/MG

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

“PROPOSTA COMERCIAL”

RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E CNPJ

V - PROPOSTA COMERCIAL

5.1 - A proposta deverá ser preenchida em formulário fornecido pela Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, ou documento próprio da empresa (personalizado) com a indicação do respectivo nome e CNPJ, a qual contenha todos os dados do formulário fornecido pela Prefeitura, em via única, linguagem clara, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, devidamente assinadas por representante legal da empresa.

5.2 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital.

5.3 - O preço deverá ser cotado considerando-se que é de total responsabilidade do licitante todas as despesas as despesas com taxas, impostos, tributos encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas, inclusive obrigações e encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, manutenção e guarda das máquinas, veículos e equipamentos utilizados na execução do objeto.

5.4 - Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 2 (duas) casas decimais.

5.5 - A Proposta Comercial, com catálogo descritivo e ilustrativo terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

5.6 - Toda a especificação estabelecida para o objeto será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial, bem como catálogo descritivo e colorido dos veículos constando a marca e modelo.

VI - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1 - O licitante que ofertar o menor preço deverá apresentar a seguinte documentação em original ou por qualquer processo de cópia, autenticada por cartório competente, ou pela Pregoeira ou servidor por ela indicada, ou publicação em órgão de imprensa oficial:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;

b) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea “a”, deste subitem;

c) ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.1.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual;

c) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal, da sede ou do domicílio da licitante ou outra prova equivalente, na forma da Lei;

d) Certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal, fazendo prova da regularidade fiscal de todos os tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito da Receita Federal, quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional, nos termos da Portaria/MF 358 (05/09/14), alterada pela Portaria/MF 443 (17/10/14);

e) Certidão de regularidade de débito junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) Prova de Inexistência de Débitos Trabalhistas (CNDT) – emitida pelo site www.tst.jus.br.

g) prova de inscrição no Estado de origem da empresa licitante;

h) Alvará de Localização e Funcionamento vigente.

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Quando não declarado seu prazo ou data de validade, que tenha sido expedida a no máximo 90 (noventa) dias anteriores a da data de abertura deste Pregão;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta; sendo dispensada a apresentação do Balanço pelas empresas Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte.

6.1.4 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Declaração de que possui agência autorizada para revisão obrigatória do veículo, num raio de 300 Km (trezentos quilômetros) do Município de Pedra Bonita/MG.

6.1.5 - DECLARAÇÃO: Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República (Anexo III).

6.2 - A apresentação do CRC – Certificado de Registro Cadastral, que esteja dentro do prazo de validade, substituirá os documentos relacionados nos itens 6.1.1 a 6.1.4, deste Título.

6.2.1 - No caso de não constar no Certificado de Registro Cadastral - CRC, a documentação relacionada nos itens 6.1.1 a 6.1.4, deste Título, o licitante deverá complementar, no envelope de habilitação, a documentação exigida em original ou em cópia autenticada, sob pena de inabilitação a não observância desta exigência;

6.2.2 - O Pregoeira poderá efetuar consulta a pasta de cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, para fins de aferição de dados omissos no Certificado de Registro Cadastral – CRC, e ainda ao *site* dos órgãos responsáveis



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

pela emissão das certidões relacionadas nos itens acima mencionados, para confirmação e autenticidade das certidões emitidas.

6.3 - A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 4.3, do Título VII.

6.4 - As Microempresas (ME's) e Empresas de Pequeno Porte (EPP's) deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme LC 123/2006.

6.5 - Caso exista alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.6 - A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93.

VII – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

7.1 - Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das Empresas licitantes, e no horário determinado, a Pregoeira declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e os Documentos de Habilitação.

7.2 - Classificação das Propostas Comerciais

7.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando-se o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

7.2.2 - A Pregoeira classificará a proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para que seus autores devidamente credenciados participem dos lances verbais.

7.2.3 - Se não houver no mínimo 3 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, a Pregoeira classificará as melhores propostas subseqüentes, até que se alcance o número máximo de 3 (três) proposta, para que seus autores credenciados participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

7.3 - Lances Verbais

7.3.1 - Aos licitantes classificados e devidamente credenciados, para participação na etapa de lances, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances



verbais e sucessivos, de valores distintos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço aos demais e em ordem decrescente de valor.

7.3.2 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, será realizado sorteio, para definir a ordem de apresentação dos lances.

7.3.3 - Apenas serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance registrado pela Pregoeira.

7.3.4 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeira, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

7.4 - Julgamento

7.4.1 - O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO POR ITEM**.

7.4.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, a Pregoeira examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, de acordo com os critérios estabelecidos neste edital, decidindo motivadamente a respeito.

7.4.3 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

7.4.4 - Em havendo apenas uma oferta e desde que esta atenda a todos os termos do Edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

7.4.5 - Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à verificação das condições de habilitação do licitante, e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual tenha apresentado proposta.

7.4.6 - Sendo aceitável a oferta de menor preço unitário, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

7.4.7 - Apurada a melhor proposta que atenda ao Edital, a Pregoeira poderá negociar com o proponente para que seja obtido melhor preço.

7.4.8 - Por força dos arts. 44 e 45, da LC 123/2006, será observado:

a) Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para a ME ou EPP, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% superiores à melhor proposta classificada na fase de lances;

b) A ME ou EPP mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

c) Não ocorrendo a contratação da ME ou EPP, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

d) No caso de equivalência de valores apresentados pelas ME's ou EPP's, que se encontrem enquadradas no disposto na alínea "a", deste subitem, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.4.9 - Na hipótese da não contratação nos termos previstos nos subitens 7.4.5 e 7.4.6, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.4.10 - O procedimento previsto no subitem 7.4.7 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial, apurada na fase de lances, não tiver sido apresentada por ME ou EPP.

7.4.11 - Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada da sessão, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, e que, ao final, será assinada pelo Pregoeira, Equipe de Apoio e pelos licitantes.

7.4.12 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição, o Pregoeira devolverá aos licitantes, exceto aos vencedores, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

VIII - IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

8.1 - Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar IMEDIATA E MOTIVADAMENTE a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso EM ORIGINAL A SEDE DA PREFEITURA, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar em contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

8.2 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará a decadência do direito de recurso.

8.3 - Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

8.4 - O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

IX - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1 - A adjudicação do objeto licitado será feita ITEM, observado o disposto no presente processo licitatório.

9.2 - Inexistindo manifestação recursal o Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.

9.3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

X - DA FISCALIZAÇÃO E DA ENTREGA DO PRODUTO

10.1 - O setor competente para receber e fiscalizar a entrega do produto, objeto desta licitação, será a SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

10.2 - Para atender aos seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65, da Lei 8.666/93.

10.3 - O licitante deverá, no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.

XI - PAGAMENTO

11.1 - As dotações orçamentárias para os exercícios de 2020, destinada ao pagamento do objeto licitado, está prevista e indicada no processo pela área competente da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita MG, sob a rubrica:

11.2 - O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, a partir da apresentação da nota fiscal, após o recebimento do veículo a sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita-MG.

11.3 - Fica expressamente estabelecido que no pagamento acima estão incluídos todos os custos diretos e indiretos requeridos para a execução do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, constituindo-se na única remuneração devida.

XII - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 - O adjudicatário que, convocado no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrito, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

12.2 - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais de multas:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na execução dos serviços e produtos;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão contratual.

12.3 - O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

12.4 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- a) Anexo I - Formulário para preenchimento e apresentação da proposta comercial;
- b) Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento;
- c) Anexo III - Modelo de Declaração de Cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil, e ainda Declaração de que inexistem fatos impeditivos da ocorrência de sua habilitação;
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração em cumprimento ao art. 4º, inciso VII, da Lei Federal nº 10.520, de 17/02/2002;
- e) Anexo V - Minuta Contratual;
- f) Anexo VI - Modelo de declaração de enquadramento em regime de tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (na hipótese ser uma ME ou EPP).

13.2 - A Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, reserva-se o direito de rejeitar as propostas apresentadas ou revogar esta licitação por motivos supervenientes de justificável interesse público.

13.3 - Das decisões da Comissão Permanente de Licitações caberá recurso no prazo estabelecido na Lei 8.666/93.

13.4 - Não serão consideradas quaisquer ofertas de vantagens não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseadas em ofertas de outro licitante.

13.5 - A revogação ou anulação do processo licitatório não gera direito de indenização a nenhum dos licitantes.

13.6 - Decairá do direito de impugnar o edital ou parte dele o licitante que, tendo-o aceito sem objeção venha a apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciarem, hipótese que não será considerada para efeito de recurso.

13.7 - Qualquer pessoa poderá impugnar o edital no prazo de 48 horas antes da abertura do certame, em original não sendo admitido via fax símile ou e-mail.

13.8 - A apresentação da proposta implica plena e total aceitação das condições deste instrumento convocatório, ficando automaticamente prejudicada a proposta que o contrarie.

13.9 - Fica entendido que toda a documentação apresentada neste instrumento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e omita em outro, será considerado especificado e válido.

13.10 - Cópia deste instrumento convocatório estará disponível na sala da Comissão Permanente de Licitações, no horário de 13h00 às 16h00, no endereço indicado no preâmbulo.

13.11 - Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através do Telefone (31) 3872-9103, ou no endereço citado no preâmbulo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

13.12 - Fica eleito o foro da Comarca de Abre Campo, Estado de Minas Gerais, para solucionar quaisquer questões oriundas desta licitação.

Pedra Bonita/MG, 02 de janeiro de 2020.

ADRIANO TEODORO DO CARMO
PREFEITO MUNICIPAL

JOANA D'ARC DE ABREU
PREGOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ n.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

ANEXO I - Formulário para preenchimento e apresentação da proposta comercial

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

Descrição mínima	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor global (R\$)
Veículo 0 Km (1ª emplacamento); 4 (quatro) portas; capacidade 5 (cinco) lugares; cor: branca, motor: 1.0; (mínimo) potência: 79 cv (mínimo); direção eletro-hidráulica; combustível: etanol e gasolina (flex); ano/modelo: 2019/2020; (ou superior) garantia: 1 (um) ano; ar condicionado; trava elétrica.	01		

VALIDADE DA PROPOSTA: _____ DIAS.

Ass . do Representante legal e carimbo



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

TERMO DE REFERÊNCIA

1 – INTRODUÇÃO

1.1 - O presente Termo de Referência tem por finalidade definir os elementos que norteiam a aquisição de 0 (um) veículo (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

2 – DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

2.1 - aquisição de 01 (um) veículos (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG, visando o bom desempenho das atividades.

3 – DO OBJETO E ESTIMATIVA

3.1- aquisição de 01 (um) veículos (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

Item	Descrição	Quantidade	Valor unitário	Valor global
01	Veículo 0 Km (1ª emplacamento); 4 (quatro) portas; capacidade 5 (cinco) lugares; cor: branca, motor: 1.0; (mínimo) potência: 79 cv (mínimo); direção eletro-hidráulica; combustível: etanol e gasolina (flex); ano/modelo: 2019/2020; (ou superior) garantia: 1 (um) ano; ar condicionado; trava elétrica.	0 unid	46.545,00	46.545,00
				Valor total: 46.545,00

4 – DA PROGRAMAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - A despesa decorrente do objeto desta licitação correrá à conta das dotações orçamentárias descritas no edital do certame.

5 – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Rua Leopoldino de Almeida, n.º 290, Centro, Pedra Bonita, Minas Gerais – CEP: 35.364-000



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

5.1 - Lei Federal n.º 8.666 de 21/06/93, com as devidas alterações e demais normas pertinentes.

6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Fazer a entrega no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da ordem de serviços, sendo a entrega por conta da contratada a sede da Prefeitura do Município de Pedra Bonita-MG.

6.2 - Possuir concessionária/agência autorizada num raio de 300 km do Município de Pedra Bonita/MG, para manutenção obrigatória.

6.3 - Todos veículos serem entregues com chave reserva, manual do veículo.

7 – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

7.1 - Oferecer todas as informações necessárias para que a Contratada possa realizar a entrega dos produtos licitados e fiscalizar a entrega, conforme as especificações técnicas recomendadas.

7.2 - Fazer a conferência de cada veículo, conforme Termo de Referência.

8 – DO PAGAMENTO

8.1 - O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, a partir da apresentação da nota fiscal, após o recebimento do veículo a sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita-MG.

8.2 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

Prefeitura Municipal de Pedra Bonita-MG, aos 02 de janeiro 2020.

PREGOEIRA



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

_____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do signatário (Representante Legal): _____

- Obs.: 1) Deverá estar indicado o nome do signatário e utilizar preferencialmente o carimbo padronizado da empresa;
2) Deverá estar obrigatoriamente com firma reconhecida em cartório



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

DECLARAÇÃO

....., inscrito no CNPJ n.º
....., DECLARA, sob as penas da Lei em cumprimento ao
disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não
emprega menor de dezesseis anos.

* Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, _____, de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EXISTEM FATOS IMPEDITIVOS PARA HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 003/2020

PREGÃO N.º 01/2020

DECLARAÇÃO

_____ inscrita no CNPJ N.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação, cumprindo, portanto plenamente os requisitos de HABILITAÇÃO estabelecidos no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, _____, de _____ de 2020.

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ n.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V – MINUTA DE CONTRATO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020

PREGÃO N.º 01/2020

CONTRATO N.º ____/2020

Contrato que entre si fazem, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PEDRA BONITA - MG**, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.640.429/0001-06, com endereço na Rua Leopoldino de Almeida, n.º 290, Centro, em Pedra Bonita/MG, pelo Prefeito Municipal, Sr. Adriano Teodoro do Carmo, brasileiro, viúvo, domiciliado nesta cidade, adiante denominado **CONTRATANTE**; e, de outro lado, a Empresa _____ inscrita no CNPJ sob o n.º ____./____-__, com sede administrativa na Rua _____, _____ - _____ - _____, Estado de _____, neste ato representada por seu representante legal, doravante denominada **CONTRATADA**, em conformidade com o **Processo Licitatório n.º 03/2020, Pregão Presencial n.º 01/2020**, regido pela Lei 10.520/02 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/93, e suas alterações, conforme as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1 – Aquisição de 01 (um) veículo (Zero) Km, 4 portas, com capacidade para 5 lugares, cor branca, para Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FUNDAMENTO

2.1 – Fundamenta-se tal contratação no Processo Licitatório n.º 03/2020, Pregão n.º 01/2020, de conformidade com as Leis 10.520/2002 e 8.666/93, LC 123/2006, e suas alterações.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR GLOBAL

3.1 – **A CONTRATANTE** pagará a **CONTRATADA** a importância de **R\$** _____.

3.2 – O pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, a partir da apresentação da nota fiscal, após o recebimento do veículo a sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita-MG.

CLÁUSULA QUARTA: DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

4.1 – O licitante deverá no prazo máximo de 02 (dois) dias após a adjudicação, comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita, para a assinatura do Instrumento Contratual, objeto do presente Processo Licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

4.2 – Fazer a entrega no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da ordem de fornecimento, sendo a entrega por conta da Contratada a sede da Prefeitura do Município de Pedra Bonita-MG.

4.3 – Possuir Concessionária/Agência autorizada num raio de 300 km do Município de Pedra Bonita/MG, para manutenção obrigatória.

4.4 – Todos veículos serem entregues com chave reserva e manual do veículos, tapetes de chão.

4.5 – O Termo de Referência é parte integrante do contrato.

CLÁUSULA QUINTA: DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

5.1 – O setor competente para receber e fiscalizar os serviços e entrega dos produtos, objeto desta licitação, será a Secretaria Municipal de Administração.

5.2 – Para atender aos seus interesses, a Prefeitura Municipal reserva-se o direito de alterar quantitativos, obedecidos os limites estabelecidos no art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.3 – Oferecer todas as informações necessárias para que a Contratada possa realizar a entrega dos produtos licitados e fiscalizar a entrega, conforme as especificações técnicas recomendadas.

5.4 – Fazer o pagamento decorrente da concretização desta licitação será efetuado pela Prefeitura Municipal, a partir da apresentação da nota fiscal, após o recebimento do veículo a sede da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita-MG.

5.5 – Fazer o pagamento somente após a entrega dos veículos a sede da Prefeitura de Pedra Bonita-MG, após a conferência de cada veículo conforme Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA: DOS PRAZOS

6.1 – O contrato decorrente da presente licitação terá o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar da data da expedição da Ordem de Fornecimento.

6.2 – A contratação decorrente do presente Processo Licitatório poderá ser prorrogada para os exercícios subseqüentes se houver interesse das partes, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS SANÇÕES

7.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da Contratada, sujeitando-se às sanções previstas no artigo 87, da Lei 8.666/93.

7.2 – É competente para aplicar as sanções de advertência e multa o Secretário de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

7.3 – A aplicação da declaração de inidoneidade é de competência do Prefeito Municipal, facultada a defesa do contratado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

7.4 – Na aplicação das penalidades previstas será facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

7.5 – No caso de não atendimento ao objeto contratado, prevalecerão as seguintes multas:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega dos produtos;

b) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de a adjudicatária, injustificadamente, desistir do mesmo ou causar a sua rescisão.

c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão contratual;

7.6 – O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, deverá ser paga por meio de guia própria, a Prefeitura Municipal, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação.

7.7 – As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA OITAVA: CONDIÇÕES GERAIS

8.1 – Fica entendido que toda a documentação apresentada neste instrumento e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e omita em outro, será considerado especificado e válido.

8.2 – É de total responsabilidade do licitante todas as despesas acessórias, bem como taxas, encargos de qualquer natureza e quaisquer despesas administrativas incidentes nos preços apresentados na Licitação, inclusive obrigações e encargos trabalhistas referentes aos seus empregados, transporte, manutenção de seus equipamentos utilizados na consecução do objeto, ressalvado os casos em que as atividades sejam executadas fora do Município podendo a empresa ou prestador de serviços ser reembolsado mediante apresentação de nota fiscal em nome da Prefeitura Municipal de Pedra Bonita de Minas Gerais.

CLÁUSULA NONA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamento: 02.08.02.10.304.0012.2051.449052 Ficha- 517

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO

10.1 – A rescisão do presente contrato poderá ser:

a) Determinada por ato motivado da Administração, após processo regular assegurado a contraditório e ampla defesa, nos casos do artigo 78, inciso I, XII e XVII e § Único do referido artigo da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações;

b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

c) Judicial, nos termos da legislação.

10.2 – Nos casos de rescisão do contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 – Fica eleito o foro da Comarca de Abre Campo/MG, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença de duas testemunhas abaixo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Prefeitura Municipal de Pedra Bonita/MG ____ de _____ de 2020.

ADRIANO TEODORO DO CARMO

Prefeito Municipal de Pedra Bonita

Contratante

Contratado

Testemunhas:

CPF: _____

CPF: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA BONITA

CNPJ N.º 01.640.429/0001-06 – ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO EM REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE MICRO EMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (NA HIPÓTESE DE SER UMA ME OU EPP)

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2020 PREGÃO N.º 01/2020

DECLARAÇÃO

Declaro(amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade pregão, na forma presencial, sob N.º ____/2020, que a empresa _____, CNPJ: _____, com sede na _____, N.º _____, Município de _____, esta sob regime de microempresa ou empresa de pequeno porte, para efeito do disposto na Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

_____, _____ de _____ de 2020.

(Local e Data)

Assinatura do representante legal e carimbo da empresa